



# Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1989

ANO XV

## Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 007/89

DATA: 16.05.89

SÚMULA: Dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 39, do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que terá 15 (quinze) membros.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - O parágrafo único do Art. 39 do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções nºs. 49/76, 109/78 e 35/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - ...

Parágrafo Único - As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a Constituição e Justiça que terá 15 (quinze) membros."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 008/89

DATA: 23.05.89

SÚMULA: Aprova as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentados pela Resolução nº 55/83, e Decreto Legislativo nº 138/88 de 20 de maio de 1988, conforme ofícios nºs. 02 e 03/89 do Departamento Financeiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo Único - São aprovadas as contas da aplicação de dotação de Subvenção Social, dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1988, regulamentadas pela Resolução nº 55/83 de 03 de outubro de 1983 e Decreto Legislativo 138 de 20 de maio de 1988, conforme ofícios nº 02 e 03/89 do Departamento Financeiro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 23.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 009/89

DATA: 23.05.89

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado em 03

de setembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução das atividades do Núcleo de Profissionalização Rural, no sentido de promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do Jovem do Campo. (Mensagem do Poder Executivo nº 111/88)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de setembro do corrente ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução das atividades do Núcleo de Profissionalização Rural, no sentido de promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do Jovem no Campo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 010/89

DATA: 23.05.89

SÚMULA: Ficam aprovados os Convênios celebrados em 28.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios. (Mensagem do Poder Executivo nº 95/88)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 28.04.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de ALTÔNIA, ALTO PIQUIRI, AMAPORÁ, APUCARANA, ARAPONGAS, ARARUNA, ATALAIA, BARBOSA FERRAZ, BELA VISTA DO PARAÍSO, BOA ESPERANÇA, CAMBIRA, CAMPO MOURÃO, CENTENÁRIO DO SUL, CIANORTE, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO OESTE, DIAMANTE DO

NORTE, DOURADINA, DOUTOR CAMARGO, FLORAI, FLORESTA, FRANCISCO ALVES, GUATIRAÇA, GUAPOREMA, ICARAÍMA, INDIANÓPOLIS, IPORÁ; ITAGUAJÉ, ITAMBÉ, ITAUNA DO SUL, JAGUAPITÁ, JAPURÁ, LOBATO, MAMBORÉ, MANDAGUAÇU, MARILENA, MARILUZ, MIRADOR, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA LONDRINA, PAIÇANDU, PALOTINA, PARAÍSO DO NORTE, PARANAVAÍ, PEROLA, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, RONDON, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUA, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAMBOARA, TERRA BOA, TERRA RICA, UBRATÁ, UMUARAMA, URAÍ e XAMBRE, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.05.89.

(a) ANIBAL KHURY

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1.989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Caíto Quintana.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (51). Achario-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão e Ezequias Losso (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a - proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 323/84, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca, Município de Xambre.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 324/84, que cria o Distrito Administrativo de Pindorama, Município de Xambre.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 326/84, que cria o Distrito Administrativo de Elisa, Município de Xambre.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, de acordo com o preceituado pelo Artigo 126, do Regimento Interno deste Poder, após ouvido o douto Plenário, a juntada do Projeto de Lei n° 332/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, ao Projeto de Lei n° 297/87, de autoria do Deputado subscritor, pela similitude de que tratam.

Ambas as proposições dispõem sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, determinando à Secretaria de Segurança Pública a publicação, quinzenalmente, no Diário Oficial do Estado, da lista de todos os veículos automotores furtados que forem apreendidos pela Polícia do Estado.

No entanto, o Projeto de Lei n° 297/87, foi lido no expediente do dia 28 de outubro, enquanto que o Projeto n° 332/87 foi lido em 16 de novembro, sendo, portanto, o primeiro projeto, o mais antigo.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) ALGACI TÔLIO

#### REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento do Deputado JOSÉ RUBENS GARCIA, ocorrido no dia 14 de maio, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Era Deputado Estadual daquele Estado, onde integrava a bancada do PTB, tendo desenvolvido um extenso trabalho em prol da comunidade mineira. Especialmente nessa fase de elaboração do novo texto constitucional do Estado, quando procurava atender todas as reivindicações da comunidade.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhe as condolências deste Poder.

Sala das Sessões em 24.05.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO N° 945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. LOURIVAL GALLIERI, ocorrido no dia 13 do corrente, nesta Capital.

Pai de família exemplar, deixando viúva a Senhora Maria Luiza Gallieri e três filhos. Era funcionário público estadual, Professor de Educação Física no Colégio Estadual do Paraná, dentista, tendo exercido o cargo de Secretário do Fundo de Saúde da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, na gestão de Arnaldo Busato, tendo

trabalhado no Departamento Médico do Clube Atlético Paranaense, por mais de 30 anos.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhe as condolências deste Poder, na pessoa da Sra. Maria Luiza Gallieri, residente à Rua Comendador Roseira, 377, ap. 2, nesta Capital.

Sala das Sessões em 24.05.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de votos de congratulações à Procuradoria Geral de Justiça do Paraná, na pessoa do Procurador, Dr. Luiz Chemim Guimarães e ao Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Abrahão Miguel, pela criação da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Acidentes do Trabalho e de Reparação do Dano Resultante de Crime.

O Estado do Paraná tem sido vanguardista na criação de órgãos públicos visando a defesa dos direitos e interesses da população, como os serviços de defesa do consumidor; a Procuradoria de Assistência Judiciária do Estado que tem, através dos seus advogados, prestado auxílio à população de baixa renda e o Tribunal de Pequenas Causas, nesta Capital, atendendo a casos envolvendo pequenos valores, de caráter "a priori" conciliatório e que, pelo sucesso alcançado, teve seus serviços descentralizados e atua, hoje, diretamente junto à população dos bairros de Curitiba.

Agora, quando recebemos a informação de que a Procuradoria Geral de Justiça do Paraná, através do seu Procurador, Dr. Luiz Chemim Guimarães, criou, com base nas Resoluções n° 931/88, 048/89 e 126/89, a Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Acidentes do Trabalho e de Reparação do Dano Resultante de Crime, temos certeza de que o Paraná, novamente, será alvo de destaque nacional no campo da justiça.

Tal Promotoria terá um vasto campo de atuação, sempre em defesa da população, como por exemplo, no caso de abusos cometidos por agentes do Poder Público e, até, nos casos em que o trabalhador, vítima de acidentes de trabalho, não tenha condições de interpor uma ação indenizatória, tanto contra o empregador, como contra o próprio órgão previdenciário.

O Poder Judiciário recebe, portanto, os cumprimentos desta Casa Legislativa, por esta brilhante iniciativa do Procurador Geral da Justiça, Dr. Luiz Chemim Guimarães, criando mais um mecanismo para de-

fesa dos direitos da população do Estado do Paraná.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Tribunal de Justiça do Paraná e ao Procurador Geral de Justiça do Estado.

Sala das Sessões em 24.05.89.

(a) ALGACI TULLIO

#### REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado do PDT, que este subscreve, pede à Egrégia Assembléia a inscrição nos Anais de voto de congratulações e apreço a Dona Lourdes Santos Lima, 73 anos, curitibana, moradora da rua Olavo Bilac, terapeuta das vias respiratórias, viúva do grande clínico médico Dr. Lysandro Santos Lima, pela conquista do campeonato mundial de natação, na categoria Masters, no Rio de Janeiro, em abril deste ano.

(a) Sala das Sessões, em 24.05.89.

JUSTIFICATIVA:

A vitória da paranaense na Categoria Masters de Natação reforça o estímulo aos esportes em nossa terra, e é exemplo de vida saudável e disposta. Dona Lourdes ganhou 3 medalhas de ouro e uma de prata no Campeonato Mundial de Natação, realizado no RJ mês passado.

Ao reconhecer-lhe os méritos, manifestando apreço, a Assembléia estará reconhecendo as possibilidades das pessoas de terceira idade fazerem história, e aplaudindo uma mulher notável, mãe, avó e esposa em plenitude.

#### REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação Gilda Poli Rocha Loures e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR Delso José Trentin, solicitando sejam envidados esforços visando a liberação de recursos para a ampliação das salas de aula de estabelecimentos de ensino do Município de Ivaí, a saber:

1 - Construção de 4 (quatro) salas de aula no Grupo Escolar Arthur Costa e Silva, de Ivaí;

2 - Construção de 2 (duas) salas de aula no Grupo Escolar Inê Erdmann, situado no Distrito de Palmital, Município de Ivaí.

A presente medida tem por objetivo sanar problemas enfrentados pela Administração das respectivas escolas no que concerne ao espaço físico de que dispõem aqueles estabelecimentos, para fazer face à demanda de alunos matriculados, particu-

larmente no ano letivo em que houve um crescente índice no setor.

A problemática aqui levantada não decorre apenas das necessidades atuais, mas da somatória de problemas advindos de exercícios anteriores e que estão a requerer imediatas providências. Exemplo disso é o fato da Escola Arthur Costa e Silva, cuja Direção, usando de criatividade e dos recursos de que dispõe, está utilizando dependências alheias à área do ensino, emprestadas pela comunidade, para poder acolher esse contingente de alunos, e que funcionam no Clube e no Salão Paroquial, em número de 8 salas de aula, contudo, precariamente.

A título de sugestão, poder-se-ia fazer um estudo para a instalação de rodízio, em 4 salas de aula, com alternância de 2 turnos, e, conseqüentemente, oferecer com isso, ampliação no número de vagas.

São aspectos a ponderar, pois que constituem prioridades do plano de ação da administração municipal, a qual tem por diretriz, entre outros propósitos, dinamizar o setor de ensino propiciando à população melhor qualidade, mas, principalmente assegurar-lhes o sagrado direito à educação.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 948

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder Legislativo, a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, encaminhando e manifestando-se favorável à solicitação da Diretoria da UNIÃO RECREATIVA CULTURAL AHU, nesta Capital.

A U.R.C.A., tradicional sociedade curitibana, localizada no bairro do Añu, vem, já há algum tempo, cedendo, graciosamente, suas instalações esportivas para a Escola Estadual Aline Pichet, a fim de que ali os estudantes possam desenvolver práticas recreativas e de educação física, haja vista a inexistência de espaço próprio para esses fins dentro do Colégio.

Durante este ano letivo, não vem sendo diferente. Através do ofício n° 004/89, datado de 14 de fevereiro próximo passado, a Professora Adilir Terezinha S. Mazur, Diretora do Estabelecimento, solicitou novamente as instalações esportivas, a fim de dar cumprimento aos objetivos já mencionados.

A U.R.C.A., como não poderia deixar de ser, atendeu, prontamente, à solicitação, pela sensibilidade à importância do desenvolvimento pleno e saudável dos nossos jovens curitibanos, matriculados na Escola

Estadual Aline Pichet.

Entretanto, estão se evidenciando alguns sinais de progressivo desgaste das canchas polivalentes da sociedade U.R.C.A., diante do que a Diretoria elaborou um projeto de recuperação e melhorias, objetivando propiciar melhores condições para a realização de práticas desportivas naquelas instalações.

Em função do grande quadro de associados que mantém a entidade, grande parte dos recursos necessários já foram obtidos, faltando, porém, alguma quantia, ainda.

O projeto de recuperação, bem como a solicitação de recursos, já foi encaminhado à Secretaria de Estado da Educação, em 20 de fevereiro próximo passado, através do ofício nº 33/89.

Cabe-nos agora, diante do óbvio interesse que temos enquanto homens preocupados com o pleno desenvolvimento dos nossos jovens, manifestarmos nosso apoio à reivindicação da União Recreativa Cultural Ahû, apelando à Secretaria de Estado da Educação, gestões no sentido de viabilizar tais melhorias.

Que da decisão deste Plenário, dê-se ciência à Diretoria da Escola Estadual Aline Pichet, à sua Associação de Pais e Mestres, e à Diretoria da União Recreativa e Cultural Ahû.

Sala das Sessões, em 30.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado da Educação, encaminhando e manifestando-se favorável à solicitação da comunidade estudantil do COLÉGIO ESTADUAL "BRANCA DA MOTA FERNANDES", ensino de 1º e 2º graus, na Cidade de Maringá.

O Colégio supra mencionado mantém, dentre os seus cursos profissionalizantes, o Curso de Contabilidade. E, diante disso, necessita ser equipado com aparelhos, computadores e periféricos para melhor aperfeiçoamento e formação profissional dos seus alunos.

Passando, como de praxe acontece com as escolas da rede oficial, por sérias dificuldades, diante da crise econômica que assola todo o país, o Colégio necessita, para o bom andamento dos seus cursos, de dois (2) computadores IBM-PC e duas (02) impressoras.

O atual quadro de professores é altamente qualificado e com prática no manuseio do material, sendo que as instalações do estabelecimento são seguras, suficien-

tes e adequadas para tal projeto.

A Associação de Pais e Mestres e, em geral, a comunidade ligada ao Colégio têm se manifestado favoráveis a tal iniciativa e que uma ação positiva, neste sentido, seria vista com grande simpatia por todos.

Na certeza da sensibilidade da Secretaria de Estado da Educação, preocupada, temos certeza, com uma formação digna e adequada dos nossos jovens, encaminhamos em anexo, cópia do abaixo assinado elaborado pela comunidade interessada.

Que da decisão deste Plenário, dê-se ciência à Diretoria e Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Branca da Mota Fernandes", ensino de 1º e 2º graus, da Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, gestionando por condições de funcionamento para o módulo policial instalado no bairro do Sítio Cercado, nesta Capital.

Há pouco tempo, os moradores e comerciantes do bairro do Sítio Cercado encaminharam abaixo assinado à Secretaria de Segurança Pública, manifestando a sua preocupação e apreensão diante da existência de apenas um policial militar prestando serviços no módulo instalado na Rua Izaack Ferreira da Cruz, encarregado de zelar pela segurança de diversas vilas da região.

Não bastasse a evidente carência de pessoal, pesa ainda para o mal funcionamento do módulo, a inexistência de viatura policial, impedindo o desenvolvimento de um trabalho à altura da demanda, naquela região, onde é grande a afluência de marginais.

Sensíveis às reivindicações populares, temos certeza de que as autoridades do setor da segurança pública não medirão esforços no sentido de propiciar, também àquela região, um trabalho paritário e do mesmo nível ao oferecido a outros pontos da nossa Capital.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Constituinte que este subscreve pede oficialmente, com urgência, para instrução do processo constituinte as seguintes informações:

1 - Quais são os limites do Paraná? (Detalhadamente).

2 - Há áreas de litígio com estados

vizinhos? Quais?

3 - Neste caso qual a definição que favoreceria o Estado?

Especificar os acidentes geográficos e linhas demarcatórias de nosso interesse.

4 - Qual a definição - para ser expressa em lei - do nosso mar territorial?

Amarrar com coordenadas geográficas.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(A) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO N° 957

Súmula: Pagamento de Despesas com parecer jurídico da CEL/BADEP-PROMEPAR:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja aprovado pagamento de parecer jurídico do jurista Arnaldo Wald para a CEL/BADEP-PROMEPAR.

Parecer aprovado pela Comissão.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) PAULO FURLATTI

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 116/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho, fundada no ano de 1988, é uma entidade sem fins lucrativos onde, desde o período de sua existência, vem prestando relevantes serviços à comunidade bandeirantense.

Referida associação tem como objetivo principal, desenvolver aprimoradamente a qualidade educacional aos alunos, bem como prestar assistência aos mesmos em conjunto à família e à comunidade.

Tendo em vista que as APMS são entidades de real valor junto ao desenvolvimento cultural das escolas, podemos dizer que se faz necessário declará-las de Utilidade Pública, uma vez que, muitas delas em sua grande maioria são mantidas pela própria comunidade local, as quais em geral não dispõem de condições suficientes para manutenção das mesmas.

Assim sendo, colocamos referido projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando pela aprovação do mesmo.

#### PROJETO DE LEI N° 117/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Cultural Vidyã, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Cultural Vidyã, sediado no Município de Curitiba, fundado no ano de 1984, é uma entidade sem fins lucrativos, a qual mantém por princípio, o pleno desenvolvimento físico, mental e espiritual de seus membros.

Reconhecido pela União Nacional de Yoga, como membro grupal a esta subordinado, é uma associação extensiva a todos que tenham o interesse em aprofundar conhecimentos sobre a vida oriental, bem como utilizar-se do referido ambiente para meditação, consultas, pesquisas, diálogos e diversas atividades relacionadas ao exposto.

Tendo em vista a valiosa participação ao desenvolvimento cultural de nossa população, trazendo informações e hábitos da cultura oriental, apresentamos aos nobres pares desta Casa de Leis, referido projeto para apreciação do mesmo, e solicitando pela Aprovação.

#### PROJETO DE LEI N° 118/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Leão Schulmann - APM - Maurício Thã, com sede e foro no Município de Figueira.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Leão Schulmann - APM - Maurício Thã, tem por finalidade colaborar na área assistencial aos educandos, bem como tornar extensiva esta, procurando o entrosamento na relação escola/família/comunidade.

Ainda mantém como atividades, a contribuição para a melhoria e conservação do patrimônio escolar, desenvolvimento de atuações desportivas bem como sócio-culturais, objetivando sempre o aprimoramento do nível educacional.

Tendo em vista, que tais execuções são destinadas ao melhor aproveitamento e de-



envolvimento do setor da educação e cultura do nosso povo, colocamos referido projeto à análise dos pares desta Casa de Leis, solicitando pela aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 119/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública o Recanto da Velhice de Paraíso do Norte - REVEPAR- com sede e foro no Município de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro no Município de Paraíso do Norte, com a denominação de Recanto da Velhice de Paraíso do Norte.

Tal entidade, tem um caráter cívico, religioso, filantrópico e educativo, sem fins lucrativos e de extrema importância para toda coletividade de Paraíso do Norte.

Além, dos acima citados objetivos, o recanto da Velhice, preterde ainda a moradia gratuita a famílias necessitadas; encaminhar a trabalho adequado os elementos válidos, combatendo assim caridosamente a ociosidade e o vício.

A pretensão do presente plano de lei, funda-se no grande número de pessoas idosas necessitadas do amparo dos seus semelhantes. Tal entidade tem exatamente este objetivo, e para que o mesmo possa ser alcançado, necessita contar com o apoio dos recursos estaduais.

Portanto, submetemos o presente plano de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 120/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Ângulo, desmembrado do Município de Iguaçu, obedecendo as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo mencionado:

1 - Entre os Municípios de Ângulo e Iguaçu;

Começa no Rio Pirapó, na foz do Ribeirão Valência, sobe por este, até a foz do Córrego Jacinto, e por este acima até a rodovia PR-218, segue pela rodovia no sentido da sede do Município, até alcançar a Estrada Municipal IG-115, (também conhecida como estrada Rubin Machado), na divisa

das fazendas Criciúma e São Giacomo segue pela referida estrada até alcançar o Espigão Mestre divisor das águas dos Rios Bandeirantes e Pirapó.

2 - Com o Município de Santa Fê;

Começa no ponto de cruzamento da estrada Municipal IG-115, (também conhecida como estrada Rubin Machado), com o Espigão Mestre divisor das águas dos rios Bandeirantes e Pirapó, seguindo pelo referido espigão até alcançar a nascente do Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até alcançar o cruzamento da Estrada Boiadeira;

3 - Com o Município de Flórida;

Começa no ponto de cruzamento da Estrada Boiadeira com o Ribeirão Comércio Expedicionário, descendo por este até sua foz no rio Pirapó;

4 - Com o Município de Mandaguá;

Começa na foz do Ribeirão Coqueiro no rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Atlântico;

5 - Com o Município de Maringá;

Começa na foz do Ribeirão Atlântico no rio Pirapó, sobe até a foz do Ribeirão Valência.

Parágrafo Único - A área territorial urbana sede do Município de Ângulo, criado pelo presente projeto de lei obedecerá as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo discriminado:

Começa nas divisas do lote n. 14 da quadra 18, até o lote n. 01 da quadra n.º 19, inclusive, com os lotes rurais de ns. 490, 495, 500 e 505 exclusive, até o início da rua n. 17, por esta contornando a Praça "1" e seguindo novamente pela rua n. 17, até o cruzamento da rua n. 15-A, seguindo o contorno do Campo de Futebol até o cruzamento da rua 16 com a rua Iguaçu. Seguindo a rua Iguaçu, até o cruzamento desta com a rua Maringá, e por esta segue até os lotes rurais de ns. 450, 445, 440, 435, 430 e 425 exclusive, e com os lotes urbanos das quadras ns. 01, 03, 04, 11 e inclusive até o Ribeirão da Caçadeira. Subindo o Ribeirão da Caçadeira pela margem esquerda até a Avenida Brasil e por esta até a Estrada Boiadeira (antiga estrada velha), por esta até a Avenida n. 5, e por esta até encontrar novamente a Estrada Boiadeira e seguindo por esta até o lote n. 14 da quadra n. 18, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.89.

(a) ANTÔNIO BARBARA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna para falar sobre um fato profundamente lamentável que vem ocorrendo nas escolas, tenho certeza que não apenas da capital do Estado mas também do interior, onde, nos últimos tempos, temos verificado a presença constante de elementos ligados às drogas e que estão trazendo seríssimos problemas à comunidade. Vou falar de um assunto que ocorreu na semana passada numa escola do Estado do Paraná, aqui em Curitiba, e a proposta inclusive de uma emenda do Deputado Edmar Luiz Costa que cai exatamente em cima do assunto que vou falar. Ocorre que, na semana passada, a polícia ainda não levantou, não descobriu, foi jogado uma espécie de recipiente desodorante no pátio do "Colégio Estadual Benedito João Cordeiro" que fica no Sítio Cercado em Curitiba, e as crianças pegaram o frasco, apertaram e saiu um pó amarelo que acabou levando para um hospital de Curitiba 23 alunos daquela escola, inclusive professora e cantineira. E essas crianças tiveram sérios problemas: fraqueza nas pernas, ânsia de vômito, um vermelhão na vista e evidentemente o fato foi parar na polícia, só que não se descobriu ainda quem foi o autor disso. Uma funcionária do Instituto Médico Legal - Toxicologista, ao receber o material para a perícia, acabou sendo atingida, e teve também que ser hospitalizada e aliás, até agora por sinal, recebi a sua visita aqui na Assembleia, pedindo apoio à emenda do Deputado Edmar Luiz Costa. Comentando sobre o assunto e ela dizia: "por coincidência fui uma das vítimas desse pó amarelo que pintou numa escola em Curitiba". Então, vejamos Senhores, o perigo pelo qual passam as crianças que estão frequentando as escolas em Curitiba - há falta de segurança e isso não é apenas na escola do Estado mas é também do município e eu já tenho falado com o Prefeito Jaime Lerner da necessidade de utilizarmos a guarda municipal no sentido de dar uma maior proteção e uma maior segurança aos estudantes.

Então o porquê da importância da emenda do Deputado Edmar Luiz Costa que, visa, evidentemente, dar uma aposentadoria ao pessoal que trabalha exatamente nessa área: toxicologistas, químicos legais, aos 25 anos, porque exercem um trabalho dos mais importantes, dos mais perigosos e na minha convivência de repórter policial já vi passar pelo Instituto Médico Legal, e muitos já não estão mais no nosso convívio, porque já vieram a falecer em função da contaminação, da insalubridade que frequentam ao trabalhar no IML. Sem o devido equipamento, sem a máscara, sem a luva, enfim, sem o avental que é necessário.

Então a emenda aditiva do Deputado Ed-

mar Luiz Costa que poderá, na sequência, talvez, explicar melhor, com mais propriedade, visa, na verdade, dar aposentadoria aos 25 anos aos funcionários que exercem as funções de médico que trabalham com raio-X, tuberculose ou lepra, bioquímicos, laboratoristas, atendente de saúde e, principalmente, toxicologistas e químicos legais.

Por isso, ocupo a tribuna para registrar esse fato lamentável que aconteceu na semana passada e que levou 23 estudantes para o hospital e que levou também a toxicologista Zulmira Casagrande ao hospital, ao manusear este equipamento, este frasco que foi encontrado no pátio da escola Benedito João Cordeiro no Sítio Cercado, e que causou todo esse problema. Daí a importância, repito, mais uma vez, da emenda do Deputado Edmar Luiz Costa e, tenho certeza, vai receber, desta Casa, o apoio de quase todos os Senhores Deputados, tenho certeza que vai-se reconhecer o trabalho importante que exercem, a atividade dos funcionários do IML e do Instituto de Criminalística.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa registra a presença em plenário, do Dr. Fernando Xavier Ferreira, Presidente da Telepar do Paraná está situada entre as melhores do Brasil e nós paranaenses temos orgulho da Telepar, do seu Diretor Presidente e da sua Diretoria e esperamos que a Telepar prossiga nesse caminho que vem trilhando, de progresso e de dinamismo, e ainda a presença dos Vereadores Hamilton de Paula e Djair Miranda, Vereadores da Câmara Municipal de Morretes.

Está com a palavra, o Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que nos traz à tribuna nesta tarde é um assunto da maior importância com relação à Segurança Pública no município de Pato Branco. Não podemos ficar calados quando fatos vêm ao conhecimento de toda a população, da maneira como estão os detidos na Delegacia, no presídio local. Não é admissível que sejamos coniventes com tal situação por que passa o presídio de Pato Branco, presídio esse, construído há mais de 12 anos.

Para o momento em que o Município, naqueles anos podia abrigar nessa construção, o máximo de trinta detentos e hoje encontramos naquele presídio, mais de 70 detentos. Entre esses detentos, mulheres em estado de gravidez, sem o mínimo de atendimento por parte da saúde, por parte do Departamento Social de assistência à saúde ao presídio daquele Município.

A situação desse detento, há mais de



12 anos, após concluído esse presídio, no seu projeto, com a falha inicial, não previu uma questão simples, uma necessidade simples, mas de muita importância para o detento, que é o solário. Não existe solário, existe preso naquele presídio, que há quatro anos não consegue usar a prática do direito que tem, porque não, tem solário nesse presídio.

Fossas abertas, esgotos, situação desumana, falta de respeito pelo cidadão, respeito ao ser humano não se vê hoje no presídio do município de Pato Branco, um Município importante no Sudoeste do Paraná, centro comercial, necessita urgentemente que o Secretário da Segurança deste Estado se sensibilize pelo menos com o ser humano lá detido, e tome imediatamente as obras para reformar e dar condições para que aquele detento, em estado desumano, possa ter readquirido o seu direito de sol, assistência médica, assistência de saúde, bem como estrutura para aquele serviço: veículos, viaturas, munições, armas, estrutura para um bom trabalho, para que se desempenhe um bom trabalho, para que o Delegado, o responsável não venha dizer amanhã, que roubam que fazem anarquias na Cidade, porque não tem condições, não tem estrutura.

Tenho certeza, que nos demais municípios do Paraná acontece a mesma coisa; é preciso gastar dinheiro com a estrutura da Segurança e rever novamente os presídios, ex-presídios, que foi proposta, que foi promessa do Governo Estadual de se construir presídios, penitenciárias regionais, e até hoje não temos nada disso concluído.

Então, faço aqui um lembrete, nesta tarde, chamando a atenção do Governo do Estado, conseqüentemente do Senhor Secretário da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, para que tome providências urgentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o ilustre nobre Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ilustres companheiros que nos dão a honra da visita.

A pauta hoje quer nos parecer, está sendo preenchida no aspecto, no setor da Segurança Pública.

Dias atrás, algumas horas atrás, eu me manifestei através dos órgãos de comunicação que faria nesta tribuna um trabalho, onde estamos alinhando com dados estatísticos os fatos sobre Segurança Pública.

Quero cer que, com a substancialidade, com a abrangência do assunto que quero reportar, talvez eu tente sensibilizar a

Secretaria da Segurança Pública, uma vez que, de forma diversa, de quando em vez, venho nesta tribuna, para sensibilizar o Secretário, e as coisas quer, nos parecer, não acontecem por aí.

Ouvi atentamente o que o companheiro Rogério abordou aqui. Evidentemente o que está a nível de todo o Paraná, Curitiba em especial. Mas, vamos também citar um Município como exemplo: Londrina que tem sido manchete, o Companheiro Alborghetti tem divulgado com bastante ênfase no seu programa, companheiro Algaci, toda a Comissão e os companheiros nossos pares aqui nesta tribuna, nesta Casa de Leis, mas mesmo assim as coisas não acontecem.

Vejam vocês que nós estamos clamando à Secretaria da Segurança, por mais segurança, mais ostensividade, mais presença, a fim de que a Comunidade possa se sentir tranqüila e possa naturalmente desenvolver nesse momento angustiante da vida nacional, o trabalho que lhe é devido. Mas as coisas não acontecem por aí.

Londrina, quando nós estamos pedindo Segurança, por exemplo, nos estabelecimentos de ensino, estamos pedindo que se eleja os colégios de ordem prioritária, porque não tem policial para todos, já sentimos, já sabemos, mas pelo menos dê o privilégio de estabelecer o critério de colocar naqueles cuja área é mais crítica, para dar um pouco de tranqüilidade.

O Secretário da Segurança não coloca o soldado, coloca sessenta marginais ao lado de uma escola pública, de duas escolas públicas de Londrina, desativa a Delegacia de Londrina para consertos, lógico, compreendo, mas vá transferir esses presos para o lugar adequado onde há condições de estabilidade, segurança, e não ao lado, divisa com uma escola pública e outra como fundos, vejam o que aconteceu, meus Senhores, os marginais que foram tomar sol - viu Rogério -, lá eles deram sol, lá em Pato Branco não deram. Acontecia o recreio no Colégio, o marginal pulou e se meteu no meio das meninas, fez uma série de atitudes que eu não vou reportar nessa tribuna, e deu um rebu danado, os pais, os professores, tiraram os alunos da Escola, brigaram dois Secretários e o Governo teve que tomar uma atitude.

Onde é que está o bom senso do Secretário, pelo amor de Deus, colocar marginais de alta periculosidade dentro de um colégio, não é possível, pelo amor de Deus. E aí está Curitiba abandonada, a falta de um bom senso, nós olhamos aí nas quadras principais, no anel central de Curitiba tem um semáforo e dois soldados de trânsito embaixo e as escolas totalmente desprovidas. Não seria o bom senso a racionalidade do serviço no aproveitamento nos recursos humanos, que não tem, para

colocar naquele horário nobre, lá no colégio, para evitar o que vem ocorrendo? O Secretário sabe. A gente fala e ele não atende. Pelo amor de Deus! O que é que está esperando?

Então, aí está o quadro de Curitiba. Tenho dito, é preciso que aconteça um quadro dantesco dentro desta cidade, para que alguma providência seja tomada.

Nosso ex-Governador foi tomado de assalto, no interior e eles subestimaram. Não acreditam no que nós estamos dizendo, que bandidos, fugitivos do Lemes Brito e de outros grandes presídios de São Paulo, Rio e Minas, estão tomando de assalto Curitiba, porque não tem policiamento! Está à vontade! E aí nós testemunhamos, eram fugitivos da Lemes Brito, pertencentes a quadrilha da falange vermelha! Não brinca, o "troço" é sério!

Então, vamos tomar algumas providências e eu quero chamar a atenção no que diz respeito aos presídios, a situação está horrível. Por favor, Governador, invista um pouco nesta área... Só para concluir, meu querido Presidente. Invista um pouco nesta área, se não as coisas vão ficar piores. E aí não adianta, não adianta querer "tapar o sol com a peneira".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Leônidas Chaves.

(Declina)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o nobre representante do PDC, Deputado e Professor Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente,

Srs. Deputados; ocupo a tribuna esta tarde para fazer uma manifestação de agradecimento. Acredito que o homem público, quando realiza corretamente o seu trabalho, sente-se ainda mais realizado, quando tem ao seu lado a compreensão da comunidade para a qual desenvolveu atividades visando levar benefícios. É por isso que em meu nome pessoal, em nome dos ex-Governadores José Richa e João Elísio, do ex-Secretário Deni Schwartz, dos Transportes, José Olímpio de Paula Xavier, Chefe

da Casa Civil e do ex-Prefeito de Ponta Grossa, Otto Cunha, agradeço à laboriosa comunidade do Distrito de Guaragi, em Ponta Grossa. Este Distrito foi ligado por rodovia asfaltada à sede de Ponta Grossa, num total de 25 km, numa batalha travada por todos estes homens públicos, junto com a comunidade de Guaragi, desde o ano de 1983.

A homenagem se constituiu num almoço de confraternização ofertado pela comunidade de Guaragi, no dia 29 de abril último, a que estive presente, como também os homens públicos já citados: José Richa, João Elísio, Deni Schwartz, José Olímpio de Paula Xavier e Otto Cunha. O agradecimento nós o fazemos porque nos sensibilizou enormemente a homenagem. Inicialmente porque os homens do atual governo também estiveram em Guaragi para inaugurar a obra e o fizeram, Mas, para que se realizasse um almoço de confraternização foi necessário que um fazendeiro que não tem o menor interesse no distrito de Guaragi, lá não reside, não tem propriedade, doasse dois bois, porque o Governo não conseguiu reunir doações da comunidade para uma falsa homenagem. E esta, do dia 29 de abril foi totalmente espontânea.

Os nossos agradecimentos a Romeu de Almeida Ribas, Luiz Kubaski, Alvinio Aitleiber, Ivo Demiatte, Constante Chemin, Orlando Chemin, Edmundo Zagobinski, Oripmar Skalinski, Pedro Dallas Carbonar, Manoel Jorge Almeida, aos proprietários do Supermercado Tozzeto, Leonardo Mathias, Odilon Ribas, João Oliveira Bello, Cláudio Ribas, Edgard Buch, Osório Ribas, Wilson Hilgenberg, Sérgio Luiz Zagobinski, Germano Hilgenberg, Vicente Corrêa. A todos o nosso muito obrigado e a toda comunidade de Guaragi, o compromisso de todos nós de que continuaremos lutando por quella laboriosa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto o PFL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto o PTB.

Havendo declinado, consulto o PTN.

Havendo declinado, consulto o PDT.

Com a palavra, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas razões me trazem mais uma vez a esta tribuna. A primeira é para cumprimentar a Procuradoria Geral da Justiça exercida pelo Dr. Luiz Chemin Guimarães, pela criação e implantação no Paraná da Promotoria de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, Acidentes de Trabalho e Raparação do Dano Resultante de Crime.

Há algum tempo já, o Estado do Paraná tem alcançado posição de destaque nacional

pela criação de vários órgãos de serviço de defesa, por exemplo, do consumidor, pela criação e manutenção dos órgãos de defesa, dos direitos e interesses do cidadão.

Hoje, por exemplo, temos a Procuradoria da Assistência Jurídica do Estado criada há vários anos e que tem se dedicado ao atendimento jurídico àqueles que não têm condições de manter os serviços de um advogado. Muito embora não esteja funcionando a contento, mas ela existe. Porque se ela funcionasse a contento, não teríamos a procura em nossos gabinetes aqui na Assembleia de pessoas que vêm em busca de uma assistência através de um advogado. E eu mesmo, na última segunda-feira, determinei com um advogado que presta serviço no meu gabinete, as minhas expensas, porque não é contratado pela Assembleia e nem ocupa nenhum cargo no gabinete, mas pago do meu bolso; determinei que esse advogado fosse para Belo Horizonte à busca de provas para tentar mudar a história de um crime onde um rapaz, um cigano paga uma condenação de 47 anos na prisão provisória de Curitiba.

Então, eu dizia que muito embora não funcione a contento, mas nós temos aqui vários setores de atendimento à comunidade.

Em Curitiba foram criadas as Varas de Pequenas Causas de caráter conciliatório em primeira instância, e que têm se destacado pela agilidade e eficácia na resolução de pendências judiciais de pequena monta.

E pelo sucesso obtido por esta modalidade, o Tribunal de Pequenas Causas foi descentralizado e hoje atende diretamente a população nos bairros da capital através das administrações regionais da Prefeitura.

E agora, tomamos conhecimento com grande satisfação que o Dr. Chemin Guimarães, atual Procurador Geral da Justiça, através das Resoluções n.ºs. 931/88, 48/89 e 126/89, criou e colocou em efetivo funcionamento a Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais. Essa Promotoria Especial terá um vasto campo de atuação, sempre em defesa da população. Por exemplo, nos casos de abusos promovidos ou cometidos por agentes do Poder Público ou em situações de acidente de trabalho em que o vitimado não tenha condições para interpor uma ação indenizatória contra o empregador ou contra o próprio órgão previdenciário.

Os serviços serão gratuitos e os procuradores da justiça estarão atuando em favor do povo, das pessoas sem recursos defendendo seus interesses e direitos nas ações judiciais.

Quero, portanto, registrar aqui da tribuna os cumprimentos ao presidente do

Tribunal de Justiça, Dr. Abrahão Miguel, ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, Procurador Geral da Justiça, pela oportuna criação dessa Promotoria.

O segundo assunto que me traz à tribuna, é para lamentar o que está acontecendo com Prefeitos da região metropolitana e que não pertencem ao Partido do Governador. E faço aqui minhas as palavras do Prefeito de Campo Largo, Dr. Afonso Portugal Guimarães, que é do nosso Partido, PDT, que, lamentavelmente, denunciou que tem sido um tanto quanto colocado à margem os pedidos que tem feito junto aos órgãos do Governo do Estado do Paraná. E sua denúncia não foi uma denúncia gratuita, foi feita, inclusive, durante uma das últimas reuniões da ASMEC - Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana, dizendo que o descaso, na opinião do Prefeito Guimarães, é inadmissível, porque a Região Metropolitana concentra, aproximadamente 50% da população do Estado e é a maior renda em termos de arrecadação. E esta omissão, por parte do Governo do Estado, segundo o Prefeito de Campo Largo, tem sido objeto, inclusive de reclamações por parte dos Prefeitos integrantes da ASMEC, da qual ele, Afonso, é o 1.º Secretário.

E, nós temos participado destas reuniões, e temos constatado, na verdade, a reclamação dos Prefeitos da região metropolitana. Lamentavelmente a região metropolitana ainda continua sendo um território de ninguém, que serve para eleger Deputados de outros municípios do Estado, sem qualquer crítica aos companheiros, mas que lamentavelmente, na hora de reivindicação, os Prefeitos não têm a força que um Município do interior do Estado, com menos população, até consegue!

Então, fica aqui o registro, em nome dos Prefeitos da região metropolitana e especialmente em nome do nosso Prefeito, Afonso Portugal Guimarães, de Campo Largo, do pouco atendimento, do pouco respeito que está merecendo por parte do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PSDB.

Havendo declinado, concedo a palavra ao PMDB.

Havendo declinado, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Necessita apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 306/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS DE LOANDA", com sede e foro no Município de Loanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 341/88, de autoria do Deputado NEREU MASHIGAN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA DA LAGOA - APAE". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 28/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 33/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADIAS ATENAS I". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 39/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 75/89, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E

INFÂNCIA - APMI", com sede e foro na cidade de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 92/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 45/89), que objetiva alterar o anexo de que trata o art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas posteriores alterações, no tocante ao número de cargos da carreira de Escrivão de Polícia Feminino. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 106/89, de autoria do Deputado PAULO FURLATTI, que estabelece critérios para tombamento de bens particulares no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na Forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 78/88 (Mensagem nº 104/88 ex-Proposição nº 100/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios nºs. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de 11.08.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras públicas de pavimentação de vias urbanas. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 88/88 (Mensagem nº 90/88 ex-Proposição nº 87/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os termos de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Cianorte, objetivando ação conjunta no sentido da execução de melhoramentos, administração e conservação do aeroporto daquele Município. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 03/89 (ex-Proposição nº 10/89) oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1988. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 83/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE E OUTROS, que altera a redação do art. 15 da Lei Complementar nº

27/86 (A instalação do Município dar-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, em 1º de janeiro do ano seguinte às eleições municipais). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de nº 944, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 945, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 938, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 954, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 956, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 939, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 955, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 953, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 940, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 948, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 950, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 951, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 952, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 957, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 949, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tílio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº: 83/89

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº's:

279/88  
319/88  
05/89  
19/89  
22/89  
53/89  
71/89  
77/89

1º DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução nº's:

91/88  
92/88  
93/88  
94/88

Levanta-se a sessão.